

# Imposto de Renda expõe elite de servidores e desigualdade

Só 14,4% declaram IRPF no país; no DF, com rendimentos e patrimônio mais elevados, média vai a 25%

Dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) no Brasil explicitam a enorme disparidade de rendimentos e a elevada concentração salarial nos funcionários públicos federais em relação ao resto da população.

As cifras revelam ainda como o país tributa uma parcela pequena dos habitantes —14,4%, abaixo da média latino-americana— e tem uma das mais elevadas cargas dos emergentes, onerando pelo consumo os mais pobres.

Pela quantidade de servidores em Brasília, o Distrito Federal detém o rendimento mais alto das 27 unidades da Federação e entre quem declara. Na população total, R\$ 2.981 mensais, ante R\$ 1.228 da média do país.

Ou R\$ 11.994, entre os que prestam contas ao Fisco, diante de R\$ 8.528 no geral.

Os dados, organizados pela FGV Social a partir do IRPF de 2018, mostram ainda que o DF tem a maior taxa de declarantes do Brasil, 24,8%.

No Lago Sul, onde vivem ministros, políticos e o alto escalão dos servidores federais, a renda é mais de quatro vezes a média nacional: R\$ 38.460. Já o patrimônio líquido chega a quase R\$ 2 milhões. Mercado A15 e A16



Condomínio em Nova Lima (MG), que atrai a alta renda da vizinha Belo Horizonte e tem a maior proporção de ricos do país, segundo o IRPF Alexandre Rezende/Folhapress



# IR explicita vantagem de servidores e desigualdade

Distrito Federal lidera renda no país e tem terceiro maior patrimônio declarado

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** Dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) no Brasil explicitam a enorme disparidade de rendimentos e a elevada concentração salarial nos funcionários públicos federais em relação ao resto da população.

Os números revelam ainda como o Brasil tributa, via Imposto de Renda, parcela pequena da população: 14,4%, menos que a média latino-americana e de muitos países do sul da Europa.

Mesmo assim, o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias entre os emergentes — e muito incidente sobre o consumo, onerando proporcionalmente mais os pobres.

Por causa dos servidores em Brasília, o Distrito Federal (DF) tem o maior rendimento médio entre as 27 unidades da Federação (considerando quem declara ou não o IRPF) e entre os declarantes apenas.

Na população total, a renda no DF é de R\$ 2.981 mensais, ante R\$ 1.228 na média geral do país. Ou R\$ 11.994 entre os declarantes, diante dos R\$ 8.528 na média dos que declaram IRPF.

A capital federal também é a unidade da Federação onde há mais declarantes: 24,8%, justamente por causa dos empregos públicos e formais.

Os dados, organizados pela

FGV Social a partir do IRPF de 2018, incluem todos os rendimentos declarados, inclusive os de aplicações financeiras e dos chamados PJ (pessoa jurídica), muitas vezes pessoas físicas que recolhem impostos menores por meio do Simples.

Em comparações entre os rendimentos médios da população e do funcionalismo, é comum sindicatos de servidores reclamarem que os PJ não são incluídos. Aqui, isso ocorre — e, mesmo assim, os rendimentos da classe são maiores.

Por se tratar de dados de IRPF, os valores médios declarados são mais fidedignos do que os de pesquisas domiciliares. Já a renda média (de quem declara ou não, e que engloba todos os habitantes) tem alta correlação com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE.

Os salários dos servidores públicos federais fazem com que o Distrito Federal tenha média de rendimentos superior à de estados mais ricos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde há mais empresários, PJs, empregados na iniciativa privada e economias mais dinâmicas.

Outro levantamento recente da FGV Social mostrou que, entre as 10 ocupações mais bem pagas no Brasil, 6 estão no setor estatal.

Os servidores públicos estão hoje no centro de dois projetos de mudança constitucional: a

reforma administrativa, que propõe limitar promoções automáticas e a estabilidade para novos ingressantes; e a PEC Emergencial, que prevê reduzir em até 25% a carga horária e salários quando o chamado teto de gastos (que limita o aumento da despesa pública à inflação) estiver ameaçado.

O projeto de reforma administrativa, no entanto, não abrange juizes, desembargadores, promotores, deputados e senadores, que concentram alguns dos maiores rendimentos do país.

Hoje, o gasto com o funcionalismo é a segunda maior despesa da União, só atrás da Previdência.

Em proporção ao PIB (Produto Interno Bruto), o Brasil despense o equivalente a 13,1% com servidores, mais que Chile e México (abaixo de 9%) e acima da média dos países ricos (10,5%), segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Na região do Lago Sul, em Brasília, onde ministros, políticos e o alto escalão do funcionalismo vivem, a renda mensal declarada é mais de quatro vezes a média nacional: R\$ 38.460. Já o patrimônio líquido médio declarado chega a quase R\$ 2 milhões — muitas vezes maior que o das capitais mais ricas do país.

Por causa dos salários do se-

tor público, os habitantes do Distrito Federal têm o terceiro maior patrimônio declarado (R\$ 317 mil, em média), não muito atrás dos estados de São Paulo (R\$ 373,9 mil) e Rio (R\$ 329,2 mil), onde há mais atividade econômica privada e bens acumulados há centenas de anos — enquanto Brasília só foi inaugurada em 1960.

No início da pandemia da Covid-19, o fosso entre o funcionalismo de Brasília e o resto do país ficou evidente. O Distrito Federal tinha 1,6 leito de UTI no SUS (Sistema Único de Saúde) por 10 mil habitantes; mas 11,6 leitos por 10 mil segurados na rede particular, a maior taxa do país.

Na região do Distrito Federal, Lago Sul, Lago Norte e Brasília, por exemplo, contrastam amplamente com as cidades-satélite, onde vivem os mais pobres. Em Ceilândia, a renda média mensal da população (declarante ou não de IRPF) não chega a R\$ 800. Já o patrimônio médio declarado é pouco superior a R\$ 50 mil.

Em termos nacionais, levando em conta toda a população (declarante ou não do IRPF), o patrimônio médio do brasileiro em imóveis (cerca da metade do que é declarado), automóveis ou investimentos é de R\$ 41 mil — variando de R\$ 78,8 mil no DF a R\$ 5.600 no Maranhão.

*Continua na pág. A16*



## IR explicita vantagem de servidores e desigualdade

Continuação da pág. A15

Além do Distrito Federal, o Brasil tem outras "ilhas" de rendimentos e patrimônio mais elevados.

Municípios litorâneos como Niterói (RJ), Santos (SP), Vitória (ES) e Florianópolis (SC) têm renda e patrimônio superiores à média, sobretudo por concentrarem mais profissionais liberais como médicos (uma das profissões mais bem pagas) e advogados, que ali residem em busca de qualidade de vida.

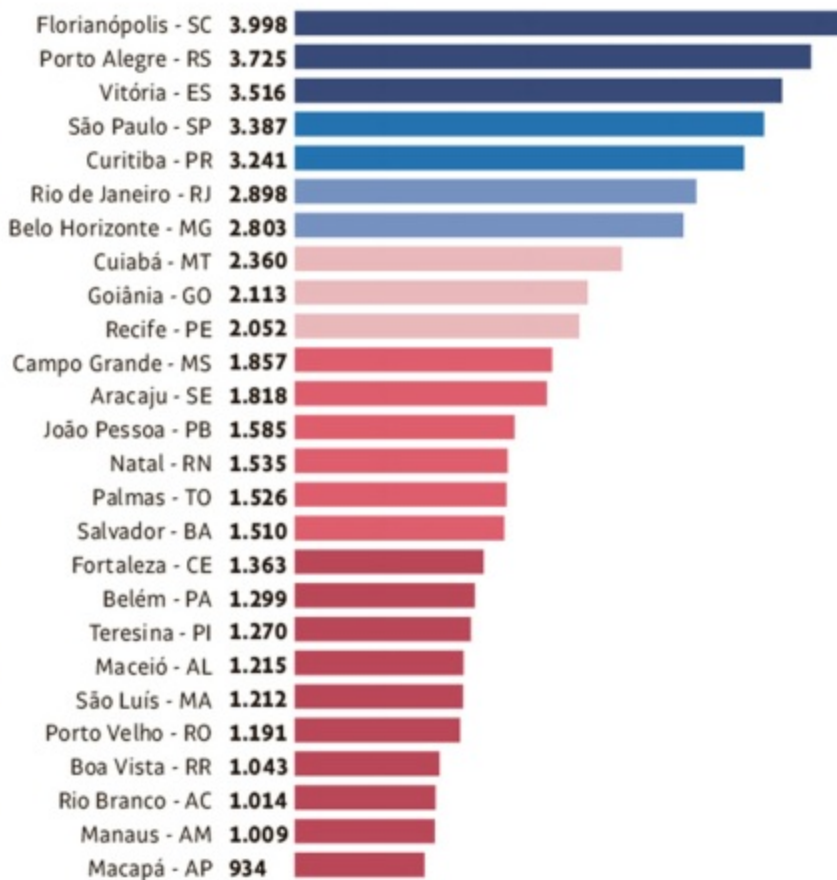
Essas áreas são mais homogêneas do que outras localidades onde há mais concentração de renda em poder de poucas pessoas — e geralmente têm mais declarantes de IRPF do que a média.

Em Santos, Niterói e Florianópolis, por exemplo, cerca de um terço da população declara IRPF, ante os 14,4% da média nacional.

De acordo com o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, os dados do IRPF mostram, além da elevada concentração de rendimentos no Distrito Federal e em alguns locais específicos, a enorme disparidade de rendimentos no Brasil.

Nas regiões Norte e Nordes-

### Capitais



Fonte: FGV Social a partir dos dados do IRPF 2018 e do TCU/IBGE 2019

te, não só a renda média é menor como é muito pequeno o total da população que ganha o suficiente para declarar Imposto de Renda.

No Maranhão, menos de 6% declaram o IRPF; e a renda média geral era de R\$ 363 ao mês em 2018. Mesmo em um estado nordestino mais industrializado como Pernambuco, o rendimento médio mensal não alcançava R\$ 700.

“Os resultados mostram ainda uma nova fronteira de ganhos cada vez mais concentrados em alguns locais do Centro-Oeste, onde muitos novos ricos têm renda elevada”, diz Neri.

Um exemplo é Aporé (GO), onde apenas 11,3% declaram o IRPF. Eles fazem do município o segundo do país em rendimentos (R\$ 46,4 mil mensais) e o primeiro em patrimônio líquido (R\$ 6,5 milhões, em média).

Além de Aporé, a reportagem da **Folha** examinou outros locais que destacam-se no levantamento da FGV Social, como a rica Nova Lima, em Minas Gerais, e a cidade com a menor renda média do país, Fernando Falcão, no Maranhão (leia na pág. A18).

Neri ressalta que níveis educacionais e de produtividade do trabalho seguem determinantes para a desigualdade no Brasil. “O efeito curso superior é muito importante para a renda e não caiu, mesmo na crise.”

Segundo relatório da OCDE, ter curso superior no Brasil significa ganho salarial médio de 150% a mais em relação aos que não o têm (cerca de 85% da população).

Outra fonte de melhora importante na renda é o chamado “efeito firma”: a empresa onde se trabalha. Quanto mais



**Os resultados mostram ainda uma nova fronteira de ganhos cada vez mais concentrados em alguns locais do Centro-Oeste, onde muitos novos ricos têm renda elevada**

**Marcelo Neri**  
diretor da  
FGV Social

produtiva e organizada, maiores os salários; quanto mais empresas do tipo numa região, mais elevada a renda.

Mais dependente de empregos informais e de baixa produtividade nos últimos anos, a economia brasileira tende, portanto, a aprofundar a desigualdade, com os empregados formais e os que vivem em áreas mais dinâmicas se distanciando cada vez mais.

Para o economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Pedro Ferreira de Souza, uma resposta mais estrutural para a desigualdade seria o Brasil perseguir reformas que aumentem a base de pessoas que declaram Imposto de Renda — e reduzir as deduções que favorecem os mais ricos, como as associadas a despesas médicas.

Souza é autor de “Uma História de Desigualdade: A Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil”, Prêmio Jabuti de Melhor Livro de 2019 e que esmiúça as disparidades sociais no país e o efeito do Imposto de Renda.

“Tributamos muito o consumo e pouco a renda e o patrimônio. Mudar isso é o caminho mais óbvio para combater a desigualdade.”

Souza afirma que o ideal seria cada vez mais pessoas declaram o IRPF, mesmo que os mais pobres, ao final, não pagassem tributo algum em razão de sua renda.

Ele também vê espaço para que o Brasil crie uma faixa de tributação acima da alíquota máxima de 27,5% para os que ganham mais.

“Outros países de renda média como o Brasil têm alíquotas máximas de 35% a 40%. Poderíamos tranquilamente fazer isso por aqui também”, diz.



### **Confira renda e patrimônio médios em sua cidade**

Ferramenta elaborada com base nas declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) permite consultar, nos 5.570 municípios do país, onde há mais declarantes e qual a renda média mensal e patrimônio acumulados. Clicando nos campos disponíveis, é possível ordenar o ranking de várias maneiras: por estado ou municípios com maior ou menor renda, patrimônio médio de seus habitantes e percentual da população que declara o IRPF. Além de organizar as informações em ranking, é possível conferir todos os dados disponíveis, de cada município, clicando sobre o seu nome. Normalmente, as cidades com mais declarantes de IRPF tendem a ser menos desiguais. Outras, com um número pequeno de pessoas que declaram imposto, revelam mais concentração de renda.

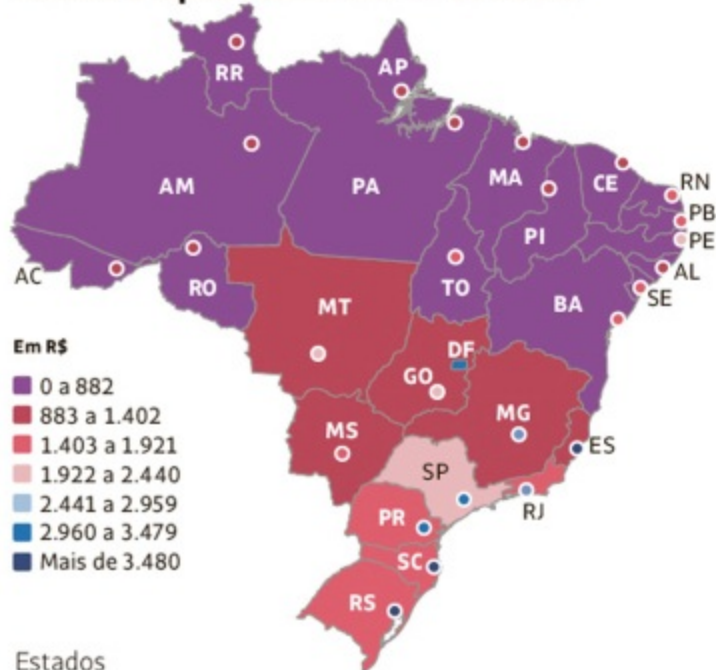
**OS DADOS PODEM SER ACESSADOS EM [arte.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/proporcao-de-ricos-por-municipios](http://arte.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/proporcao-de-ricos-por-municipios)**





Lago Sul, no DF, onde vivem políticos e servidores; renda local é quatro vezes a média nacional Pedro Ladeira/Folhapress

### Estados e capitais com maior renda média



### Estados

